

Anne Cova

## Capítulo 28

# Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)\*

A história das associações de mulheres europeias, num período crucial da História Contemporânea, torna-se mais clara através de uma abordagem comparativa. Susan Pedersen sublinha as afinidades existentes entre a história das mulheres e o método comparativo, estudando as convergências e as divergências (Pedersen 2006, 117-142). Retomando esta problemática, pretende-se analisar as semelhanças e as diferenças entre três federações feministas europeias de mulheres: o Conselho Nacional das Mulheres Francesas – *Conseil National des Femmes Françaises* (CNFF) – fundado em Paris, em 1901; o Conselho Nacional das Mulheres Italianas – *Consiglio Nazionale delle Donne Italiane* (CNDI) – criado em Roma em 1903; e o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP), nascido em Lisboa em 1914. Na sua investigação comparativa sobre os feminismos europeus, Karen Offen apela para uma história comparada destes últimos (Offen 2000; 2006, 39-65). Numa perspectiva de contributo para a história do associativismo feminista e para a história comparada das mulheres do século XX, as associações de mulheres em França, Itália e Portugal constituem uma fonte privilegiada para tornar as mulheres visíveis num período em que não têm direito ao voto, nem podem ser eleitas. A iniciação das mulheres na vida associativa inscreve-se na história das aprendizagens da democracia.

Estes conselhos de mulheres emergiram sob o impulso de uma organização internacional americana, o *International Council of Women* (ICW) que nasceu em Washington, em 1888, com o objectivo de «stimulate the sentiment of internationalism among women throughout the world» a fim de tentar construir uma identidade colectiva das mulheres. A ideia de criar uma organização internacional de mulheres já fora alvo de discussões durante a *First Women's Rights*

---

\* Título de um projecto de investigação que está a ser desenvolvido no ICS e que tem por objecto de estudo o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* e os seus homólogos francês e italiano na primeira metade do século XX. Agradeço ao ICS as excelentes condições de trabalho que me são proporcionadas para desenvolver este estudo comparativo.

*Convention* que teve lugar em Seneca Falls, Nova Iorque, em 1848. Para comemorar os quarenta anos desta convenção, em 1888, foi fundado o ICW. O crescimento do ICW – organização internacional não-governamental – foi significativo, mas até conseguir penetrar e irradiar noutros países decorreram muitos anos: vinte e seis anos separam a fundação do ICW da criação do CNMP, quinze anos do CNDI e treze do CNFF. No primeiro congresso organizado pelo ICW, em 1893, além dos Estados Unidos apenas o Canadá estava filiado. O processo de criação quer do ICW quer dos seus conselhos foi demorado e no fim do século XIX tinham aderido ao ICW os seguintes países: Canadá (1893); Alemanha (1897); Grã-Bretanha (1898); Suécia (1898); Austrália, Holanda e Dinamarca em 1899 (Rupp 1997; Gubin e Van Molle 2005). Portanto, na Europa os primeiros a ligar-se foram os países do Norte enquanto no Sul do Velho Continente foi preciso esperar pelo século XX para que todos os países da Europa do Sul, à excepção da Espanha, formassem os seus conselhos (Bock e Cova 2003). Nas reuniões quinquenais do ICW, que tinham lugar em cidades e países diferentes, existiam: em 1904, em Berlim 16 conselhos; em 1909, em Toronto, 19 conselhos; em 1914, em Roma, 23 conselhos.

O objectivo principal dos conselhos era o de federar as associações de mulheres em cada país, tendo como efeito a heterogeneidade resultante dos grupos que aderiram. Segundo Leila Rupp, o ICW conseguiu reagrupar um número importante de associações totalizando, em 1907, cinco milhões de mulheres e, em 1925, trinta e seis milhões. Estes números são provenientes dos próprios conselhos e devem estar inflacionados, mas não deixam de mostrar a capacidade de mobilização das mulheres à escala mundial. Antes do deflagrar da Segunda Guerra Mundial, eram filiados no ICW 36 conselhos. Cada conselho tinha um programa muito abrangente, de forma a suscitar o máximo de adesões. Assim, o CNFF pretendia «l'amélioration du sort de la femme au point de vue éducatif, économique, social, philanthropique ou politique» (Cova 1997, 134); o CNDI «l'elevazione della donna, elevazione intellettuale, morale e materiale, affinché meglio e più efficacemente essa possa contribuire ad un armonico progresso nella famiglia e nella società»; o CNMP queria federar as associações «que se ocupam da mulher e da criança» e de «coordenar, dirigir e estimular todos os esforços tendentes à dignificação e à emancipação das mulheres».

No plano cronológico, a maior parte dos movimentos de mulheres europeias ganha forma no fim do século XIX e atinge o seu apogeu em vésperas da Primeira Guerra Mundial, período que é considerado como sendo a *Belle Époque* dos feminismos. De facto, o auge dos conselhos francês e italiano situa-se previamente ao deflagrar da Primeira Guerra Mundial, enquanto para o conselho português, que foi fundado pouco tempo antes do início da Grande Guerra, o período de ouro acontece mais tarde, nos anos 20, anteriormente ao golpe militar de 1926. Para os três conselhos, produz-se uma ruptura com a Primeira Guerra Mundial, durante a qual a prioridade é dada à União Sagrada

– o patriotismo e o nacionalismo são exacerbados – e as feministas dos conselhos pedem às mulheres que sirvam os seus países deixando de lado as reivindicações. No período entre as duas guerras, os conselhos são confrontados com a ascensão dos fascismos. O ano de 1939, com o desencadear da Segunda Guerra Mundial, marca uma fase diferente para os movimentos de mulheres.

Várias investigações sublinharam a importância dos conselhos de mulheres na história dos feminismos de cada um dos países estudados, mas não houve ainda uma investigação comparada que permita analisar as influências bilaterais e/ou trilaterais entre os conselhos bem como as relações deles com o ICW.<sup>1</sup> Depois de ter focado os pontos comuns na génese dos três conselhos, mostrando a pertinência de uma abordagem comparativa, a ênfase será posta nas divergências que eventualmente dificultem a comparação.

## **Convergências**

### **Uma maior longevidade no seio do associativismo das mulheres**

No panorama do associativismo das mulheres europeias, estas três federações de mulheres tiveram a maior longevidade: ainda hoje os conselhos francês e italiano bem como o ICW continuam activos, enquanto o conselho português foi encerrado mais de três décadas depois da sua fundação. Filiar-se no ICW significava pertencer a um movimento que ultrapassava as fronteiras nacionais e dava força e legitimidade a cada conselho.

Os passos antes de chegar à criação de cada um dos conselhos foram numerosos e, na impossibilidade de os mencionar todos, refere-se, no caso francês, a organização de dois congressos feministas internacionais, em 1900, na altura de uma exposição universal, em Paris: o congresso «Oeuvres et institutions féminines» e o da «Condition et des droits des femmes». Estes congressos exprimem claramente a aspiração de criar o conselho francês. Na altura destes congressos, a presidente do ICW (de 1899 até 1904), a americana May Wright Sewall que viajava pela Europa com o objectivo de conseguir obter a formação dos conselhos, desloca-se a Paris para pedir às francesas a fundação de um conselho nacional e dirige-se aos congressos feministas acima mencionados. A 18 de Abril de 1901, a comissão organizadora reúne-se numa assembleia constitutiva e é fundado em Paris o CNFF. É também em duas

---

<sup>1</sup> Sobre o CNFF, v. Bard (1995), Cova (2004, 75-88; 2008, 61-88), Klejman e Rochefort (1989), Moulon (2003) e Picard (1998; agradeço a Martin Petitclerc por me ter proporcionado o contacto de Claude-Audrey Picard). Sobre o CNDI, v. Bartoli (1982, 1983; agradeço a Michela de Giorgio o empréstimo desta dissertação de mestrado), Gori (2003), Taricone (2003). Sobre o CNMP, v. Costa (2007), Esteves (2006, 113-135), Gorjão (1994) e Lamas (1995).

capitais, Roma e Lisboa que nascerão o CNDI e o CNMP. Os congressos servem de catalisador para chegar à criação dos conselhos. Assim, o conselho italiano é fundado pouco antes da realização de um dos congressos do ICW, o que teve lugar em Berlim, em 1904. Este último representa um marco na história do ICW, na medida em que na sequência de discussões sobre a questão do voto das mulheres resultou uma ruptura entre as feministas. Aquelas que davam proeminência ao direito de voto formaram a *International Woman Suffrage Alliance* (IWSA) presidida pela feminista americana Carrie Chapman Catt (que estava à frente da *National American Woman Suffrage Association* dos Estados Unidos que se desenvolverá separada do ICW). Os países-membros fundadores da IWSA, além dos EUA, foram a Alemanha, a Austrália, a Dinamarca, a Holanda, a Inglaterra, a Noruega e a Suécia. Nessa altura em muitos países, e mesmo nos EUA, as mulheres não podiam votar, nem eram elegíveis. O estado do Wyoming tinha concedido o direito de voto às mulheres cedo, em 1869, mas isto era uma excepção, e foi apenas em 1920 que todos os estados da América acordaram às mulheres o direito de voto. Aliás, em muitos países as mulheres serão eleitoras e elegíveis apenas depois da Primeira ou da Segunda Guerra Mundial ou até mais tarde: Dinamarca (1915); Inglaterra (1918); Alemanha e Holanda (1919); França (1944); Itália (1945); Bélgica (1948); Grécia (1952); Suíça (1971) e Portugal (1974). A IWSA tornou-se muito activa, ganhando a adesão de associações sufragistas de vários países, mas permaneceu sempre um movimento minoritário, não conseguindo reagrupar tantos membros como o ICW, porque este último tinha um programa mais abrangente. As relações entre o ICW e a IWSA eram tensas, oscilando entre cooperação e rivalidade. Houve algumas tentativas de fusão, sem êxito, sobretudo no período entre as duas guerras quando a colaboração destas organizações internacionais junto da SDN e da OIT se intensificou.

O papel crucial dos congressos como motor para a criação de conselhos reflectiu-se igualmente na fundação do CNMP, que se concretizou na altura de um dos congressos do ICW, o qual contou com mais de 3000 participantes, em Roma, em Maio de 1914. Nessa altura, a francesa Ghénia Avril de Sainte-Croix deu conta de uma carta da portuguesa Maria Clara Correia Alves onde vinha escrito que o conselho tinha recebido luz verde do ministro de Estado português, podendo assim filiar-se no ICW. Este pormenor ilustra um outro factor determinante na génese dos conselhos, e que são as relações pessoais que existiam entre várias mulheres para explicar a formação de redes que inauguram a constituição dos conselhos. Ghénia Avril de Sainte-Croix era também amiga da futura presidente do CNDI, a condessa Gabriella Spalletti Rasponi. No caso francês, o papel da americana May Wright Sewall foi determinante. No que diz respeito a Portugal, a secretária-geral e futura presidente do conselho francês durante o período entre as duas guerras, Ghénia Avril de Sainte-Croix (Offen 2005, 352-374), estava em contacto com a

primeira presidente do conselho português, Adelaide Cabete, e com a futura secretária-geral e vice-presidente do CNMP, Maria Clara Correia Alves. Ghénia Avril de Sainte-Croix será feita, em 1920, sócia honorária do conselho português, representando-o em vários congressos do ICW no período entre as duas guerras: em Haia (1922) e em Viena (1930). Era considerada pelas portuguesas como sendo a «Madrinha» do conselho português. Existiam fortes ligações entre o CNFF e o CNMP, tendo em conta que nessa altura o francês tinha como característica ser a língua falada pela elite portuguesa. A estreita relação entre o CNMP e o CNFF bem como a proeminência do francês como língua da elite culta portuguesa tiveram como resultado que os editoriais do boletim do CNMP, escritos por Maria Clara Correia Alves, fossem redigidos em francês, de 1914 a 1916. De 1922 até 1940, o ICW publicou o seu boletim em francês, inglês ou alemão. Os relatórios do ICW passaram, a partir de 1904, a ser editados nestas três línguas consoante as oradoras, e cinco anos mais tarde tornaram-se línguas oficiais nos estatutos (Gubin e Van Molle 2005, 59-60). As dirigentes dos conselhos e do ICW tinham consciência da importância da língua como elo de comunicação: por exemplo, o facto de a americana May Wright Sewall falar francês facilitou o estabelecimento de contactos com o CNFF. Esta consciência da relevância da língua tornou-se tão aguda que houve nos conselhos e no ICW várias tentativas, sem grande sucesso, de cursos de esperanto. O CNMP criou também para as suas sócias cursos de Francês e de Inglês. Em 1920, a portuguesa Adelaide Cabete é convidada a escrever artigos na revista do CNDI intitulada *Attività Femminile Sociale*.

Na génese do conselho italiano, foi determinante o papel de uma canadiana, Sophia Sandford, que se desloca a Roma, em 1899, como delegada do ICW para se encontrar com a condessa Lavinia Taverna, futura vice-presidente do conselho italiano (Bartolli 1982-1983, 12-13; Taricone 2003). A condessa Lavinia Taverna estava à frente da *Federazione romana delle opere di attività femminile*, que reagrupava, em 1901, cerca de quarenta associações de mulheres, das quais muitas eram associações filantrópicas. A esse respeito, havia uma preponderância do número de grupos filantrópicos aderentes a cada um dos conselhos, seguindo o modelo da filantropia anglo-saxónica do ICW. Sophia Sandford, perante estas associações, expõe os objectivos do ICW e é formado um comité fundador para criar o conselho italiano, o que acontecerá em 1903. De notar que Sophia Sandford estava também em contacto com Sarah Monod e Ghénia Avril de Sainte-Croix do CNFF. Uma outra característica partilhada pelos três conselhos e pelo ICW é a longa duração do *leadership* das presidentes.

### **Uma elite de mulheres e o carisma das *leaders***

Adelaide Cabete manteve-se à frente da presidência do CNMP durante mais de vinte anos, até ao seu falecimento, em 1935; Ghénia Avril de Sainte-

-Croix foi presidente do CNFF mais de dez anos; Gabriella Spalletti Rasponi dirigiu o conselho italiano quase três décadas. Estas figuras carismáticas ajudaram a identificar cada um dos conselhos com as suas dirigentes, à semelhança do ICW, cuja presidente, a marquesa escocesa Ishbel of Aberdeen and Temair, conhecida por Lady Aberdeen, manteve a liderança praticamente sem interrupção durante mais de quarenta anos. Esta prolongada duração do exercício do poder das presidentes suscitou discussões no seio dos conselhos. Da mesma forma, foi alvo de críticas a escolha das *leaders* em meios abastados. De facto, as origens sociais das dirigentes dos conselhos mostram que são oriundas de ambientes privilegiados e, às vezes, aristocráticos, de que o caso italiano é um exemplo paradigmático. De forma semelhante, a presença aristocrática dentro do ICW é notável no período estudado. Além de Lady Aberdeen, uma outra presidente provém da nobreza: a baronesa belga Marthe Boël, que foi presidente do ICW de 1936 a 1947. Apesar de o ICW ter nascido de uma iniciativa própria dos Estados Unidos e ter tido como primeira presidente uma americana, logo a seguir e durante todos os anos contemplados nesta investigação, a maioria das presidentes pertencia à aristocracia europeia.

Esta última recebeu educação religiosa, facto que remete para a importância do peso da religião na militância destas mulheres, apesar de os conselhos se afirmarem incessantemente neutros. No entanto, o lema do ICW «Fais aux autres ce que tu voudrais que les autres te fassent» aludia ao Novo Testamento. A composição e a direcção do CNFF mostra claramente a componente da burguesia protestante e judaica. À frente do CNFF, logo na sua fundação, encontramos três protestantes: Isabelle Bogelot, presidente honorária; Sarah Monod, presidente, e Julie Siegfried, vice-presidente, o que não é do agrado das mulheres católicas que o designam como sendo uma «grosse machine protestante» (Cova 2000, 133). Os conflitos entre as mulheres dos conselhos e as associações de mulheres católicas foram agudos. No primeiro congresso organizado pelo CNDI em Roma, em 1908, houve uma polémica com estas últimas na sequência de um relatório sobre o ensino da educação religiosa nas escolas. A imprensa católica italiana fustigou a presidente do CNDI e acusou o congresso de estar sob o controlo da maçonaria. No que diz respeito a Portugal, as dirigentes do CNMP eram todas maçónicas. Saliente-se também um anti-semitismo mais ou menos virulento da parte de certos grupos de mulheres católicas que impede uma eventual aliança com as mulheres judias, cujo número é importante no seio da direcção do CNFF (Cécile Brunshvicg, só para citar um exemplo). Este anti-semitismo está presente nos três países estudados e no ICW. A título ilustrativo, quando Lady Aberdeen, em 1928, pretende que a sua sucessora seja Alice Salomon, o conselho nacional das mulheres alemãs opõe-se, e finalmente será uma belga a ser eleita, a baronesa Marthe Boël. Se os três países estudados são predominantemente católicos,

comparando-os com o conjunto de conselhos filiados no ICW antes da Primeira Guerra Mundial, verifica-se que representam menos de um terço do total dos países filiados, sendo a maioria dos conselhos provenientes de países calvinistas (Gubin e Van Molle 2005, 62).

Estes conselhos reivindicavam-se de feministas, o que nos leva a tentar delinear os contornos dessa noção. Como perceber a diversidade dos feminismos e caracterizar as suas componentes? O emprego da expressão «o feminismo» concentra um mosaico de situações diferentes, muito afastadas de um conjunto homogéneo, e a aparente comunhão de ideologias, sob a bandeira do feminismo, esconde a variedade dos feminismos. A questão da dupla militância era comum às dirigentes dos três conselhos. É elucidativo que quando Adelaide Cabete se tornou presidente do CNMP, já tinha experiência como militante feminista: fazia parte do *Grupo Português de Estudos Feministas* criado em 1907 por Maria Veleda; tinha participado, em 1909, com Ana de Castro Osório e Fausta Pinto da Gama, na criação da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (LRMP), movimento ligado ao partido republicano, que apoiou a queda da monarquia constitucional; e tinha fundado, em 1911, com Carolina Beatriz Ângelo a *Associação Portuguesa de Propaganda Feminista*, liderada por Ana de Castro Osório. Várias feministas pertenciam à LRMP e ao CNMP: Maria Clara Correia Alves, Adelaide Cabete, Angélica Porto e Maria Veleda, etc. Muitas sócias da *Associação Feminina Portuguesa para a Paz* (AFPP), fundada em 1935, cujos objectivos eram pacifistas, humanitários e culturais, eram também sócias do CNMP.

Uma outra figura destacada do Conselho Português era Maria Clara Correia Alves, que acumulava as funções de secretária-geral do CNMP e directora-gerente do seu boletim, conseguindo publicá-lo, mensalmente, entre 1917 e 1919. Era também uma das sócias fundadoras do CNMP e ficou conhecida por estabelecer a ligação com o «feminismo internacional». A acumulação de vários cargos no seio dos conselhos era prática corrente, bem como a subida na hierarquia, passando de vice-presidente a presidente (Sara Beirão e Isabel Cohen von Bonhorst), de secretária-geral a vice-presidente (Elina Guimarães e Maria Clara Correia Alves). No CNFF, a presidente, de 1922 a 1932, foi Ghénia Avril de Sainte-Croix que antes fora secretária-geral. A portuguesa Adelaide Cabete foi várias vezes directora-gerente da revista do conselho, *Alma Feminina* e escreveu mais de quarenta artigos dedicados sobretudo à saúde das mulheres, evocando nomeadamente os «flagelos» da tuberculose, do alcoolismo e da prostituição. Os conselhos francês e italiano bem como o ICW tinham também os seus órgãos de propaganda (respectivamente, *L'Action féminine* e *Attività femminile sociale*), dando muita importância à imprensa como meio de dar a conhecer as suas reivindicações e como elo de ligação entre os vários conselhos. Note-se a utilização da palavra «feminina» e não «feminista» nos títulos destes jornais, mostrando a vontade de oferecer uma imagem tran-

quilizadora dos conselhos. Aliás, nos três países estudados, poucos jornais desta época ousam empregar a palavra «feminismo» ou «feminista» nos seus títulos. O que leva a interrogarmo-nos sobre a dificuldade de as mulheres empregarem a palavra «feminismo», porque é mal conotada e, segundo a sua opinião, as descredita. Quando utilizada, os conselhos sentiam-se na obrigação de acrescentar que «o feminismo não pretende a masculinização da mulher», mas a «dignificação e a emancipação das mulheres». A maioria das feministas dos conselhos da primeira vaga em França, Itália e Portugal aspirava a transmitir uma imagem de um feminismo suave, receando suscitar rejeição, e queria demarcar-se das acções violentas das sufragistas inglesas e americanas (v. Joannou e Purvis 1998; Purvis e Holton 2000). Na história do feminismo francês da primeira vaga houve apenas três acções consideradas tumultuosas, e em Itália e em Portugal não houve nenhuma. Essa vontade de oferecer uma imagem tranquilizadora é visível nos estatutos dos conselhos cuja característica comum é não ter conhecido grandes alterações. Um ponto fundamental dos estatutos era que os conselhos se afirmavam apolíticos e neutros, e estes dois princípios tiveram como consequência uma ruptura com os movimentos de mulheres ligados aos partidos políticos e com os movimentos de mulheres católicas. O artigo terceiro dos estatutos do ICW enunciava claramente: «Le CIF n'est pas fondé dans une perspective sociale, religieuse ou politique particulière. Les questions politiques et religieuses ou de nature à affecter les relations de deux ou plusieurs pays sont exclues, à l'exception de celles qui touchent aux libertés fondamentales et aux droits de la personne.» Assim, os estatutos do ICW serviam de modelo aos conselhos e a autonomia de cada associação neles filiada era limitada por estes. À semelhança dos seus homólogos francês e italiano, os estatutos do CNMP (aprovados em Abril de 1914) definiam-no como «uma instituição feminina, não se subordinando a nenhuma escola ou facção filosófica, política ou religiosa». O CNDI também tinha por objectivo reagrupar associações «di qualsiasi fede politica e religiosa, non dovendo esso assumere alcun indirizzo politico e confessionale».

A estrutura dos conselhos, decalcada do ICW, era hierarquizada, composta por um conselho administrativo, uma direcção, uma assembleia geral e um conselho fiscal, totalizando no caso português, ao longo dos anos, uma centena de mulheres.

Do ponto de vista financeiro, em conformidade com o ICW, os conselhos viviam do pagamento das quotas e de doações, o que dificultava as suas existências. Aliás, o próprio ICW não conseguia obter o pagamento das quotizações por parte de cada conselho, dos quais, em 1934, apenas vinte dos trinta e quatro filiados tinham a situação regularizada (Gubin e Van Molle 2005, 25). Já nos anos 20, o CNMP é considerado pelo ICW como sendo demasiado pobre para pagar mais do que a quotização. A fim de aumentar as suas receitas, o CNMP pedia apoio financeiro ao governo português para as



suas deslocações ao estrangeiro mas sem grande sucesso, e a aproximação ao poder político nos anos 20 acaba com o golpe militar de 28 de Maio de 1926. Assim, no segundo congresso organizado pelo CNMP, em 1928, não houve nenhum representante do poder político. Essas dificuldades financeiras, partilhadas pelos conselhos, tinham como consequência que as sedes dos três conselhos ficavam em casa ou no lugar de trabalho das suas presidentes. Lady Aberdeen e as presidentes francesa e italiana faziam regularmente doações de modo a sustentar os conselhos, empenho pessoal que permitiu a sua sobrevivência ao longo dos anos. Devido também aos seus *backgrounds*, as *leaders* dos conselhos tinham um acesso privilegiado à elite política (no caso francês, Marguerite Pichon-Landry que substituiu Ghénia Avril de Sainte-Croix, em 1932, na presidência do CNFF era irmã do ministro, Adolphe Landry).

Em termos de *membership*, o conselho português no seu início reagrupava vinte associações, e no seu apogeu contava aproximadamente 1500 sócias. O conselho italiano totalizava alguns anos depois da sua criação, em 1907, uma centena de associações. O conselho francês quando nasceu tinha à volta de 28 000 sócias e chegou a ter 180 000 no período entre as duas guerras. Isto não significa que todas as associações de mulheres quisessem filiar-se nos conselhos, existindo tensões e rivalidades no interior e no exterior dos mesmos e com o ICW; mas mais importante do que mencionar estes conflitos é insistir no facto de os conselhos terem um denominador comum, qual seja o de se organizarem à escala mundial, federando o máximo de associações. Uma outra característica partilhada pelas feministas dos conselhos e pelas do ICW era a opção por uma estratégia reformista.

### **Um feminismo reformista: a estratégia dos pequenos avanços**

Os conselhos praticavam a tática dos pequenos avanços e procuravam apoios no meio político – sem preocupação com a cor política – a fim de tentarem influenciar a legislação e com a consciência de que a sua margem de manobra era limitada devido ao facto de as mulheres não terem direito de voto. Ficar de fora do activismo político era uma atitude adoptada por uma minoria de feministas que não pertencia aos conselhos. Estes últimos queriam pedir reformas que achavam razoáveis. Esta estratégia reformista mostra o pragmatismo e a vontade de alcançar reformas. Para as obter, os conselhos actuavam através de várias secções à semelhança das do ICW, mostrando quais eram as prioridades. Neste último, as primeiras, fundadas em 1899, foram as da imprensa (ilustrando mais uma vez a importância que tinha para o ICW a ligação entre a associação e os conselhos e ainda com o público mais vasto) e da paz, seguida da secção contra o tráfico de brancas (1904) e, em 1909, das secções de educação, de saúde pública – presidida por Lady Aberdeen, que se dedicava à luta contra a tuberculose – e de migração e emigração. Esta última

funcionava sob a presidência da condessa italiana Maria Lisa Danieli Camozzi e preocupava-se com as condições de viagem das futuras emigrantes. No início dos anos 20, Aurora de Castro Gouveia refere numa reunião do ICW em que o CNMP está a estudar a emigração para o Brasil. É de notar a importância da secção contra o tráfico de brancas que pedia a supressão da prostituição. No ICW, esta secção foi presidida por Ghénia Avril de Sainte-Croix durante trinta e dois anos, ou seja, até 1936. A luta contra a prostituição e as doenças venéreas culminou nos anos 20. Nessa altura, Ghénia Avril de Sainte-Croix era membro do *Comité Français de la Fédération Abolitionniste* e porta-voz destas questões junto da SDN. Em 1922, o CNMP mandou ao ministro da Justiça, Abranches Ferrão, uma representação para que fosse abolida a prostituição regulamentada. Em 1926, Adelaide Cabete esteve presente no primeiro congresso abolicionista em Portugal (a *Liga Portuguesa Abolicionista* era presidida e fora fundada pelo sobrinho e filho adoptivo de Adelaide Cabete, Arnaldo Brazão, que era advogado *maçon*) e, em 1929, o CNMP participou novamente no segundo congresso abolicionista.

Sem mencionar todas as comissões – trinta ao longo da existência do CNMP – convém referir que os anos 20, mais especificamente, 1922, 1923, 1927 e 1929, foram aqueles em que houve mais comissões a funcionar em simultâneo: treze ao mesmo tempo (Costa 2007). Para ilustrar as prioridades do conselho, podemos reunir as secções em dois grupos: aquelas que perduraram mais de vinte anos (higiene, paz, educação e propaganda) e aquelas que duraram mais de dez anos (arte, assistência social, beneficência, emigração, finanças, imprensa, legislação, moral, sufrágio). Dentro destas secções, à excepção das de propaganda e de beneficência, que foram criadas em 1917, todas as outras acima referidas foram fundadas nos anos 20. As pessoas mais activas nestas secções foram Elina Guimarães, que se destacava, seguida de Angélica Porto e de Adelaide Cabete.

De forma semelhante, através de várias secções (assistência, higiene, educação, legislação, paz, sufrágio, trabalho, secção contra o tráfico de mulheres e para a unidade da moral; cinema, rádio, imprensa, letras, arte), o CNFF optou por uma estratégia que lhe permitia conseguir apoios dos políticos. É difícil resumir as reivindicações do CNFF, que assentam sobre um conjunto considerável de temas que evoluem ou permanecem constantes ao longo dos anos. Assim, entre os que permanecem figuram, sem qualquer preocupação de ordem, o combate contra a prostituição, a pornografia e o «despovoamento», considerados como autênticos «flagelos sociais». A questão da moral é igualmente fundamental para o CNFF, a tal ponto que lhe é consagrada parte de uma secção: a secção contra o tráfico de mulheres e para a unidade da moral. Uma análise rápida do trabalho realizado pelas diferentes secções evidencia que as de assistência e de higiene se concentram na luta contra a tuberculose e o alcoolismo – sendo este último considerado como um «perigo nacional» – na questão das creches e melhoria do alojamento

operário. Era também objectivo do CNMP «defender tudo o que diga respeito à melhoria das condições materiais e morais da mulher, especialmente da proletária; remuneração equitativa do trabalho, protecção à criança contra os maus-tratos e exigência de trabalho superior às suas forças; higiene das grávidas e puérperas; repressão do tráfico das brancas; protesto contra a prostituição de menores». Tratava-se de um vasto programa no seio do qual são reclamados direitos para as mulheres, particularmente no que respeita ao cumprimento dos seus deveres. A secção de legislação do CNFF reclamava a contabilização do trabalho doméstico da mulher casada; dedicava-se a fazer votar diversas propostas de leis, não deixando de se preocupar com a sua correcta aplicação, tais como aquela que proibia o trabalho nocturno às mulheres e às crianças ou a que autorizava a investigação de paternidade (1912). Várias secções efectuavam estudos conjuntos: as da higiene, da legislação e da educação tratavam da educação sexual; as da higiene e da unidade para a moral tentavam lutar contra as doenças venéreas.

Sem entrar em mais pormenores sobre todas as reivindicações pedidas que abarcavam várias áreas, saliente-se a existência de uma agenda comum aos conselhos, que, segundo Gisela Bock assentava em «Education, employment and civil code reform were issues everywhere at the time the organizations were being formed» (Bock 2002, 121). De facto, a educação era uma grande preocupação dos conselhos. O congresso do conselho italiano em 1912 incide sobre a educação. O primeiro e o segundo congressos organizados pelo conselho português em 1924 e 1928 intitulavam-se congressos feministas e de educação. Os conselhos organizavam conferências educativas – nomeadamente a comissão da educação do CNMP – como meio de propaganda e de promoção da ideia de que as mulheres deviam ter acesso à educação. Este era o verdadeiro cavalo-de-batalha das feministas. Em Portugal, a taxa de analfabetismo era alta (75% em 1911) e mais elevada entre as mulheres (56,8%). A secção de educação do CNFF preocupava-se com problemas tão diversos como as equivalências dos diplomas femininos; a preparação de raparigas para o *baccalauréat*; a educação sexual integrada no programa de todas as escolas; a igualdade dos salários femininos e masculinos em todos os graus de ensino; a questão da inspecção feminina. A secção de educação do ICW era presidida por Ogilvie Gordon, que apresentou num congresso do ICW em Roma, em 1914, uma comunicação sob a delinquência dos jovens. Igualmente em Roma foi criada uma comissão do trabalho feminino no ICW, cujo funcionamento foi interrompido com o desencadear da Primeira Guerra Mundial, recomeçando nos anos 20. Relativamente à questão do trabalho, houve muitos debates dentro de cada conselho pró ou contra uma legislação protectora do trabalho das mulheres. De uma maneira geral, os conselhos optaram para defender uma posição favorável à protecção com base na teoria da igualdade na diferença. Pronunciaram-se a favor da legislação de protecção

da maternidade e da proibição do trabalho nocturno de mulheres e de crianças. O ICW adoptou uma *Charte de l'enfant*, em 1922, na Haia, que estipulava também a interdição de trabalhos perigosos a menores. Reivindicava-se também que, para trabalho igual, salário igual. Queriam defender o direito ao trabalho das mulheres casadas, que eram tratadas como menores nos códigos civis, devendo pedir sempre autorização ao marido. A esse respeito, a influência do código civil de Napoleão de 1804 ultrapassava as fronteiras francesas, inspirando o código italiano de 1865 e o português de 1867. Este código era para as feministas da primeira vaga alvo de inúmeras críticas, tendo-se conseguido a modificação de alguns artigos.

Outro tema considerado muito importante pelos conselhos era a obtenção do voto para as mulheres, pedida através da secção do sufrágio. No CNFF, era reclamada a participação e a elegibilidade das mulheres nas eleições municipais, antes da reivindicação do sufrágio universal. Isto ilustra perfeitamente a estratégia de pequenos passos do CNFF, ou seja, a de um «feminismo sábio e ponderado», que evidencia o seu pragmatismo. A ideia subjacente é que «ao limitar assim as nossas reivindicações, podemos transpor com mais segurança este primeiro passo na arena política e dar aos espíritos timoratos uma garantia de sabedoria e de ponderação». À semelhança do CNFF, o CNMP e o CNDI consideravam o voto como um meio para obter outras reformas. Sobre esta questão do voto das mulheres, as portuguesas Adelaide Cabete e Maria Clara Correia Alves fazem o ponto da situação, em 1920, num encontro do ICW: «Au Portugal, ce thème effarouche encore un peu les esprits timides; cependant le Conseil National des Femmes Portugaises, ayant la conviction que seul leur bulletin de vote obtiendra aux femmes les réformes qu'elles sollicitent des Parlements, travaille incessamment pour la concession du suffrage universel. Dans ce même ordre d'idées, notre Conseil s'est mis en relations l'année dernière avec le Dr. Ramada Curto, le député qui a eu l'initiative parlementaire du suffrage féminin, afin de lui demander de persévérer dans la défense de notre cause.» É mencionado também o voto de Carolina Beatriz Ângelo em 1911, que teve impacto internacional, quando ela, invocando a sua condição de viúva com crianças e, conseqüentemente de chefe de família, conseguiu votar, mas lamentando não se tratar de um triunfo porque de facto este «lapso» foi rapidamente alterado.

O início dos anos 20 é promissor para o CNMP. No relatório que apresenta em Washington, em 1925, sobre os anos 1920-1925, Adelaide Cabete começa por referir que o conselho retomou com grande actividade a propaganda das reivindicações feministas e salienta os bons resultados obtidos junto ao público, entre os quais a criação das ligas de bondade, de uma biblioteca feminista, conferências contra o alcoolismo, e uma proposta de alteração ao código civil permitindo à mulher casada gerir os seus bens. E acaba o seu relatório dedicando muito espaço ao congresso de 1924. Este entusiasmo era

temperado pelo facto de, segundo Adelaide Cabete e Maria Clara Correia Alves, o associativismo das mulheres não estar muito desenvolvido em Portugal, como referem num relatório ao ICW sobre as actividades do conselho no período 1914-1920. As queixas do CNMP sobre a falta de interesse das mulheres portuguesas na vida associativa são recorrentes. Aliás, o tom do outro relatório de Adelaide Cabete ao ICW sobre o período 1925-1926 refere que a actividade do CNMP durante este período não foi muito grande e fecunda. Menciona o regime militar sob o qual o País se encontra, o qual voltou a autorizar as touradas em Portugal apesar dos esforços das feministas para lutar contra a sua realização. Várias vezes no período entre as duas guerras o conselho protestou contra as touradas: em 1927 e em 1933 nomeadamente. Sara Beirão, a pedido da *Liga Nacional de Defesa dos Animais*, proferiu em 1936 e 1938 duas conferências sobre esta temática. A protecção dos animais era um tema unificador nos discursos feministas a nível internacional. O ICW em Toronto (1909) e em Roma (1914) pronunciou-se contra a exterminação dos pássaros.

Uma outra característica partilhada pelos conselhos decorre da ruptura verificada durante a Primeira Guerra Mundial, quando a maioria das feministas decide dar prioridade ao esforço de guerra e pede às mulheres que sirvam os seus países. A ênfase era posta nos deveres das mulheres. Consequentemente a obtenção de direitos é colocada de lado e a comunicação entre os conselhos diminui. Uma ideia que domina o CNFF, durante todo o período da guerra, é a de que as mulheres «adquiram hábitos de iniciativa e de responsabilidade, constituindo um desperdício não os aproveitar depois da guerra». Os conselhos esperavam conseguir obter alguns direitos depois da guerra, nomeadamente o direito de voto, o que não vai acontecer nos três países estudados. O período entre as duas guerras é também caracterizado pela criação, em 1919, da OIT e, um ano mais tarde, da SDN. O ICW, através da sua presidente, Lady Aberdeen, acolhe muito favoravelmente o surgimento destas organizações internacionais e mantém relações estreitas com a SDN e com o secretariado permanente da OIT, o BIT. Ela salientava que o ICW se considerava como uma SDN feminina querendo participar activamente nela, mas os estatutos desta última não contemplavam a colaboração com as ONG, o que não impediu uma colaboração efectiva apesar de complicada. Algumas mulheres dos conselhos tiveram um papel importante: no caso francês refira-se o papel de Ghénia Avril de Sainte-Croix na *Commission Consultative sur la Traite des Femmes et des Enfants* e de Laura Dreyfus-Barney que participou nos trabalhos da comissão da SDN sobre a utilização de programas radiofónicos com fins pacíficos. Do conselho italiano, a condessa Maria Lisa Danieli Camozzi presidia à comissão de migrações do ICW. Entre as duas guerras, intensificou-se a propaganda a favor da paz – foi fundada pelo CNMP, em 1922, uma comissão dedicada à paz – e esta também foi alvo de várias conferências. Em 1931, o CNMP foi convidado

*Anne Cova*

a integrar o Comité de desarmamento, que representava as associações feministas na SDN, mas por razões financeiras não pôde estar presente (*Alma Feminina* 1932, 20). Os anos 20 marcam uma mudança radical em Portugal e em Itália a nível político.

## **Divergências: da Terceira República francesa ao fascismo italiano e ao salazarismo**

Durante todo o período estudado, o conselho francês viveu numa república. Em Itália, o conselho foi confrontado com a ascensão do fascismo. Um terço (os doze primeiros anos) da existência do conselho português é passado num regime republicano, enquanto os dois terços seguintes (vinte e um anos) o são numa ditadura militar (1926-1933) e sob o Estado Novo que se inicia em 1933.

O evento marcante do período entre as duas guerras foi para o conselho francês a organização dos estados gerais do feminismo, em 1929. A aspiração do conselho francês de reunir o maior número possível de grupos, quaisquer que fossem as suas tendências políticas ou confessionais, foi atingido: mais de 240 associações enviaram delegadas. Era, uma vez mais, a porta aberta aos grupos filantrópicos, mantendo-se assim fiéis à tradição da filantropia anglo-saxónica do ICW. Os estados gerais caracterizavam-se pelo seu pluralismo e eram o mais importante reagrupamento desde os princípios do movimento feminista francês. A ideia que preside a este encontro é a de «reunir todas as actividades femininas, as associações que se ocupam do destino da mulher, da criança, da família, face às reformas que queremos obter», acrescentado ao objectivo inicial do CNFF, que era o de se ocupar «do destino da mulher e da criança», o de tratar da família. Note-se que este acréscimo não é anódino e evidencia o deslize para a hegemonia do reformismo e um estender a mão aos grupos «familialistas» e natalistas num contexto «repopulador». Uma ideia forte que emana destes estados gerais do feminismo é que o que releva da saúde e do social em geral parece ser o domínio reservado às mulheres – os estados gerais do feminismo de 1930, organizados pelo CNFF, tratam aliás das mulheres em carreiras sociais – com o risco de as acantonar em profissões bem delimitadas.<sup>2</sup> Muito firmes no que respeita ao direito das mulheres ao trabalho, as feministas do CNFF denunciam as medidas discriminatórias, sem, no entanto, renunciar à defesa dos direitos das mães e da protecção da maternidade. Avançam sobre o fio da navalha, ao defenderem o lugar das mães no lar para aquelas que o desejem, ao mesmo tempo que recusam cair na armadilha montada do regresso

---

<sup>2</sup> Os estados gerais do feminismo, em 1931, tratam das mulheres nas colónias. V. Goutalier (1989, 266-286).

ao lar a qualquer preço. O objectivo de manter as mulheres em casa, acantonando-as no quadro doméstico, caminha ao arripio dos factos: em França, as mulheres formam mais de 34% da população activa, em 1936. Desde então, a questão não é tanto a de as incitar a ficar em casa, mas sobretudo a de lhes permitir conciliar trabalho e maternidade.

No caso português, o CNMP conhece o apogeu das suas actividades nos anos 20 com a organização de dois congressos feministas (1924 e 1928) sob a longa presidência de Adelaide Cabete, de 1914 a 1935. Um outro período corresponde à segunda metade dos anos 30 (1936-1941) com Sara Beirão à frente do conselho, seguido do último período dos anos 40 com as presidências de Isabel Cohen von Bonhorst (1942-1944) e de Maria Lamas (1945-1947). É de notar em 1928, num contexto ditatorial, o discurso progressista de algumas temáticas como a de co-educação, do voto das mulheres e das reivindicações feministas em geral. O tema da co-educação tinha já mobilizado o CNMP, em 1927, quando, através da sua secretária-geral, Elina Guimarães, tinha enviado ao ministro da Instrução uma representação contra a supressão da co-educação no ensino primário. Nos anos 20, o conselho português conseguiu manter as suas ligações internacionais, participando nos congressos do ICW, e continuou a publicar o seu órgão de propaganda apesar da censura. O CNDI organizou o seu terceiro congresso em Roma, em 1923, dedicado à educação na família. O conselho italiano, alguns dias antes da marcha sobre Roma, reuniu-se numa assembleia geral e a presidente sublinhou a ligação entre os movimentos de mulheres e a democracia, mas quando Mussolini chegou ao poder o conselho mandou-lhe um telegrama de parabéns anexando um *memorandum* sobre as reivindicações femininas. Na sequência da morte, em 1931, da presidente do conselho italiano, Gabriella Spalletti Rasponi, o regime fascista aproveitou para nomear a sua sucessora, sendo só depois da Segunda Guerra Mundial, com o fim dos fascismos, que o conselho italiano escolheu uma antifascista para presidente. O facto de o conselho italiano considerar que qualquer governo podia conseguir reformas em favor das mulheres fez que o conselho colaborasse com o regime fascista. No entanto, isso não significa que apoiasse todas as medidas tomadas, continuando a enviar petições.

Petições e protestos foram também enviados pelo conselho português ao Governo e à Assembleia no período entre as duas guerras. Com pouca margem de manobra, o conselho português não antagonizou as associações de mulheres criadas pelo Estado Novo: *A Obra das Mães para a Educação Nacional* (OMEN) fundada em 1936 seguindo o modelo italiano da *Opera Nazionale per la Protezione della Maternità e dell'Infanzia* que foi criada dez anos antes e, em 1937, a *Mocidade Portuguesa Feminina* (MPF).

Quando, em 1935, o ditador português Salazar nomeia as primeiras três deputadas – Domitila de Carvalho (médica e professora), Maria Guardiola

(vice-presidente da OMEN e Comissária Nacional da MPP) e Maria Cândida de Bragança Parreira (professora e advogada) – para a Assembleia Nacional, o CNMP considera que é um grande progresso a favor das reivindicações das mulheres, sublinhando no entanto que este acontecimento não era uma vitória feminista porque estas mulheres não eram feministas. Um ano mais tarde, mas numa outra conjuntura política, sob a Frente Popular, foram nomeadas em França, em 1936, três mulheres ministras – Suzanne Lacore, Irene Joliot-Curie e Cécile Brunschvicg (que pertencia ao CNFF). Esta última considerava que era preciso lutar contra um movimento de opinião pública que tendia a restringir o acesso das mulheres ao trabalho, e especialmente das mulheres casadas. De facto, os anos 30 foram marcados pela crise económica, com uma campanha para o regresso das mulheres ao lar. As mulheres eram acusadas de tomar o trabalho aos homens. O CNFF defendia o direito das mulheres a trabalhar fora de casa e simultaneamente pedia subsídios ao Estado para permitir, às mulheres que o quisessem, ficar em casa.

Durante os anos 40, o conselho português alarga-se consideravelmente. Maria Lamas é eleita presidente em 1945 e lança no ano seguinte a campanha das cinco sócias a fim de aumentar o seu número (cada sócia devia tentar conseguir cinco novas sócias). Porém, esse recrudescer de actividades depressa é bloqueado, na medida em que, na sequência de uma exposição internacional de livros escritos por mulheres organizada pelo conselho em 1947, na *Sociedade Nacional de Belas-Artes* em Lisboa, e que contou com a colaboação da AFPP, o Governo decide dissolver essa associação argumentando que os seus objectivos são vagos e que entra em competição com as organizações estatais. Artigos nos jornais associavam o feminismo ao comunismo. Na realidade, a razão da dissolução tem a ver com a nova conjuntura política do pós-guerra, caracterizada pela derrota do fascismo na Europa e pela emergência de uma mais forte oposição legal e clandestina ao Estado Novo. Uma parte das mulheres do conselho apareceu publicamente a apoiar as candidaturas da oposição democrática – Maria Lamas assina em 1945 as listas do MUD – sofrendo posteriormente o rescaldo repressivo (Cova e Costa Pinto 1997, 71-91; 2003, 397-405). Foi a sua estreita ligação ao movimento pela paz, de iniciativa comunista, nos primeiros anos da guerra fria que serviu de pretexto ao seu encerramento pelo Governo. A AFPP será dissolvida também cinco anos depois, em 1952, «por exercer actividades de carácter comunista».

Uma abordagem comparativa destas três federações feministas evidencia a matriz americana nas suas géneses e o carácter cosmopolita transnacional destas organizações de mulheres. Os laços que existiam entre várias mulheres explicam a formação de *networks* que são o prelúdio à constituição dos conselhos. As mulheres à frente dos conselhos eram carismáticas e provinham da classe média-alta urbana e às vezes da aristocracia, sendo paradigmático o caso



italiano. Falavam várias línguas, viajavam e financiavam os conselhos. As dirigentes pertenciam a uma elite urbana detentora de meios financeiros bem como de tempo para se dedicar aos conselhos. Estes utilizavam todos os meios disponíveis ao seu alcance (congressos, conferências, imprensa, petições, rádio, representações) para tentar fazer ouvir as suas reivindicações. Quer os seus órgãos de propaganda, optando por títulos pacíficos, quer os seus estatutos, caracterizados pela estabilidade, mostravam vontade de não serem agressivos. Partilhavam objectivos idênticos e actuavam da mesma maneira, com a estratégia dos pequenos avanços, característicos do feminismo reformista. Escolheram esta estratégia, querendo ser apolíticos e neutros. Durante o período entre as duas guerras esta escolha vai ter como resultado, no caso italiano, uma colaboração com um regime fascista. A fim de pôr o estudo numa perspectiva comparada mais ampla, convém referir que no caso alemão o conselho nacional das mulheres alemãs, filiado no ICW, decidiu parar as suas actividades em 1933, pouco tempo depois de Hitler chegar ao poder, ilustrando a importância de referir sempre o contexto de cada país independentemente dos traços gerais comuns aos conselhos.<sup>3</sup> Na Áustria, durante o *Anschluss* o conselho das mulheres austríacas é suprimido pelo ditador alemão, em 1938. Na Europa do Sul, o conselho italiano manteve-se durante o fascismo; o conselho português sobreviveu até ser abolido pelo salazarismo, em 1947; na Grécia, o conselho nacional das mulheres gregas foi fundado em 1908 e, depois de ter suspenso as suas actividades durante a guerra dos Balcãs, retomou as suas actividades e continuou a existir durante a ditadura, enquanto em Espanha durante toda a época franquista subsistiram apenas as associações de mulheres franquistas e católicas.<sup>4</sup> A nível internacional e durante o período entre as duas guerras, o ICW é um interlocutor reconhecido junto da SDN e da OIT.

Das várias influências – ilustrando a sua ambição internacional – que presidiram à fundação do CNMP destaca-se a francesa com o CNFF. Através da publicação de mais de 150 números do seu órgão de propaganda – cujo título passou de *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (1914-1916) para *Alma Feminina* (1917-1946) e para *A Mulher* (1946-1947) – que acompanhou com uma periodicidade irregular toda a existência do conselho, apesar do aparecimento da Censura em 1928, das múltiplas participações em conferências e da organização de dois congressos explicitamente feministas (1924 e 1928), da criação de uma biblioteca feminista e de uma exposição de livros, o CNMP conseguiu fazer uma propaganda doutrinária activa e no seu apogeu ter aproximadamente 1500 sócias. Era composto inicialmente por mulheres republicanas e maçónicas provenientes da burguesia, muitas das

---

<sup>3</sup> Sobre a Alemanha, v. Stephenson (2001).

<sup>4</sup> Sobre a Grécia, v. Psarra (2007, 150-175).

quais professoras; no pós-Segunda Guerra Mundial, sob a presidência de Maria Lamas, eram sobretudo opositoristas ao salazarismo. No caso francês, as *leaders* eram protestantes e judias. O que os conselhos tinham em comum era que a maioria das suas dirigentes provinha de uma elite urbana de mulheres.

As duas guerras mundiais que marcaram o período tiveram como efeito mobilizar as mulheres dos conselhos em torno da defesa da pátria. Fiéis à tradição de filantropia anglo-saxónica do ICW (luta contra a prostituição, as doenças venéreas, o tráfico de brancas e o alcoolismo), os conselhos praticaram sempre uma estratégia de grande abertura face às associações filantrópicas, sendo estas últimas uma componente predominante na altura da fundação dos conselhos. Se os conselhos se afirmavam apolíticos – explicando a ausência de mulheres provenientes dos partidos políticos – e neutros, seguindo os estatutos do ICW, na realidade adaptavam-se a cada país. Privilegiavam a ligação aos homens políticos. Aliás, a título ilustrativo, refira-se que várias feministas do CNFF tinham relações privilegiadas de teor familiar com homens políticos: Sarah Monod/Henri Monod; Marguerite Pichon-Landry/Adolphe Landry; Julie Siegfried/Jules Siegfried.

As associações permitem distinguir melhor o contributo das mulheres num contexto em que elas eram excluídas da cidadania política. O olhar comparativo permite também avaliar o peso respectivo das culturas políticas nacionais e dos intercâmbios entre as feministas. Estas associações, que mobilizaram milhões de mulheres e uma minoria de homens, são um actor político do século XX. Um dos interesses em estudar estes conselhos reside no facto de eles federarem outros grupos de mulheres, com as vantagens e os inconvenientes que isso implica. Por conseguinte, os conselhos estão marcados pela ideia de «unir-se para se ser eficaz» e tentam agrupar o máximo de associações. Isto não significa necessariamente que partilhem as mesmas ideias, mas que têm um denominador comum. Em contrapartida, a necessidade de se filiar num conselho mais estruturado e por isso mais estável pode prejudicar a independência de que gozam as associações de mulheres, e convirá ainda saber o porquê de certos grupos se recusarem a aderir. A multiplicação dos conselhos e a sua filiação no ICW dão a este último uma certa força, mesmo que surjam outras organizações internacionais de mulheres tais como a IWSA. Interessa analisar as relações entre o Estado e estas associações. Por exemplo, no caso francês, o CNFF foi criado no mesmo ano da promulgação da lei de 1 de Julho de 1901 sobre o acordo de associação, que clarifica as relações entre o Estado e o mundo associativo. O Estado fica agora mais intervencionista. E interessa-se pelas associações sob vários ângulos: a legislação, a fiscalização e a concessão de subsídios que lhe permite exercer um certo controlo. Qual é a autonomia dos conselhos estudados perante o Estado? Assim, longe de ter esgotado o tema, este artigo pretende

mostrar a riqueza das problemáticas. Nos casos dos conselhos italiano e português, o facto de eles terem conseguido manter-se durante diferentes regimes políticos – a república e o fascismo para o CNDI, e para o CNMP a república, a ditadura militar e o salazarismo – explica-se pelo activismo de algumas das suas dirigentes, que marcaram a sua existência, e abre pistas de investigação no que diz respeito a um estudo prosopográfico sobre esta elite de mulheres que teria em conta quer a implementação dos conselhos a nível local com delegações nas cidades (de notar a importância da delegação de Coimbra no caso português, da de Marselha em França e da toscana no caso italiano), quer o seu eventual desenvolvimento nas antigas colónias.

## Referências bibliográficas

- Bard, Christine. 1995. *Les Filles de Marianne. Histoire des féminismes. 1914-1940*. Paris: Fayard.
- Bartoli, Mariella. 1982-1983. *Il movimento di emancipazione femminile in Italia e il consiglio nazionale delle donne italiane, 1903-1923*. Tesi di Laurea in Storia dell'Italia contemporanea. Florença: Università degli Studi di Firenze-Facoltà di Lettere e Filosofia.
- Bock, Gisela. 2002. *Women in European History*. Oxford: Blackwell.
- Bock, Gisela, e Anne Cova, orgs. 2003. *Writing women's history in Southern Europe. 19th-20th centuries*. Oeiras: Celta.
- Costa, Célia. 2007. *Contributo para a monografia do conselho nacional das mulheres portuguesas. Uma organização feminista*. Dissertação de mestrado em estudos sobre as mulheres. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cova, Anne. 1997. *Maternité et droits des femmes en France (XIX<sup>ème</sup>-XX<sup>ème</sup> siècles)*. Paris: Anthropos/Economica.
- Cova, Anne. 2000. «*Au service de l'Église, de la Patrie et de la Famille.*» *Femmes catholiques et maternité sous la III<sup>ème</sup> République*. Paris: L'Harmattan.
- Cova, Anne. 2004. Femmes et associations: Le conseil national des femmes françaises sous la III<sup>ème</sup> République. In *Femmes, familles, filiations. Société et histoire*, coords. Marcel Bemos, e Michèle Bitton, 75-88. Aix-en-Provence: Presses de l'Univ. de Provence.
- Cova, Anne. 2008. Femmes et familles: Le conseil national des femmes françaises pendant l'entre-deux-guerres. In *Pour la famille. Avec les familles. Des associations se mobilisent (France, 1880-1950)*, org. Virginie de Luca, 61-88. Paris: L'Harmattan.
- Cova, Anne, org. 2008. *História comparada das mulheres. Novas abordagens*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto. 1997. O salazarismo e as mulheres – Uma abordagem comparativa. *Penélope* 17 (Outubro): 71-94.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto. 2003. Women and salazarism. In *Political and historical encyclopedia of women*, org. Christine Fauré, 397-405. Nova Iorque: Routledge.
- Esteves, João. 2006. Conselho nacional das mulheres portuguesas (1914-1947). *Faces de Eva* 15: 113-135.
- Gori, Claudia. 2003. *Crisalidi. Emancipazioniste liberali in età giolittiana*. Milano: Franco Angeli.
- Gorjão, Vanda. 1994. *A reivindicação do voto no programa do conselho nacional das mulheres portuguesas (1914-1947)*. Lisboa: CIDM.
- Goutalier, Régine. 1989. Les États-généraux du féminisme à l'exposition coloniale, 30-31 mai 1931. *Revue d'histoire moderne et contemporaine* 36 (Abril/Junho): 266-286.

Anne Cova

- Gubin, Eliane, e Leen van Molle, orgs. 2005. *Des femmes qui changent le monde. Histoire du conseil international des femmes*. Bruxelles: Éditions Racine.
- Joannou, Maroula, e June Purvis, orgs. 1998. *The women's suffrage movement: New feminist perspectives*. Manchester: Manchester Univ. Press.
- Klejman, Laurence, e Florence Rochefort. 1989. *L'Égalité en marche. Le féminisme sous la troisième république*. Paris: Presses de la FNSP.
- Lamas, Rosmarie Wank-Nolasco. 1995. *Mulheres para além do seu tempo*. Lisboa: Bertrand.
- Moulon, Aude. 2003. *Le conseil national des femmes françaises, 1944-1981*. Tese de licenciatura em História. Angers: Université d'Angers.
- Offen, Karen. 2000. *European feminisms, 1700-1950. A political history*. Stanford: Stanford Univ. Press.
- Offen, Karen. 2005. Eruptions and flows: Thoughts on writing a comparative history of european feminisms, 1700-1950. In *Comparative women's history. New approaches*, org. Anne Cova. 39-65. Boulder e Nova Iorque: Social Science Monographs/Columbia Univ. Press.
- Pedersen, Susan. 2006. Comparative history and women's history: Explaining convergence and divergence. In *Comparative women's history. New approaches*, org. Anne Cova. 117-142. Boulder e Nova Iorque: Social Science Monographs/Columbia Univ. Press.
- Picard, Claude-Audrey. 1998. *Le conseil national des femmes françaises et son implication dans l'action sociale - 1901-1940*. Tese de licenciatura em História. Montréal: Université du Québec.
- Psarra, Angelika. 2007. A gift from the new world: Greek feminists between East and West (1880-1930). In *Ways to modernity in Greece and Turkey Encounters with Europe (1850-1950)*, orgs. Anna Frangoudaki, e Caglar Keyder. 150-175. Londres: I. B. Tauris.
- Purvis, June, e Sandra Stanley Holton, orgs. 2000. *Votes for women*. Londres: Routledge.
- Rupp, Leila J. 1997. *Worlds of women: The making of an international women's movement*. Princeton: Princeton Univ. Press.
- Stephenson, Jill. 2001. *Women in nazi Germany*. Londres: Longman.
- Taricone, Fiorenza. 2003. *Teoria e prassi dell'associazionismo italiano nel XIX e XX secolo*. Cassino: Univ. degli Studi di Cassino.